



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANAS
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS**

EDILEIDE EDILANE DOS SANTOS ALVES

**O ABISMO ENTRE O CERTO E ERRADO: DISCUSSÕES SOBRE A
NORMA CULTA E AS VARIAÇÕES DA LÍNGUA**

**GUARABIRA/PB
2017**

EDILEIDE EDILANE DOS SANTOS ALVES

**O ABISMO ENTRE O CERTO E ERRADO: DISCUSSÕES
SOBRE A NORMA CULTA E AS VARIAÇÕES DA
LÍNGUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Licenciatura Plena em Letras-
Português da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Graduado em Letras.

Área de concentração: Variação e ensino

Orientadora: Prof. Dra. Francinete Fernandes
de Sousa

GUARABIRA/PB

2017

A474a Alves, Edileide Edilane dos Santos.

O abismo entre o certo e errado [manuscrito] : discussões sobre a norma culta e as variações da língua / Edileide Edilane dos Santos Alves. - 2017 21 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Francinete Fernandes Sousa, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Variação Linguística. 2. Preconceito. 3. Norma Culta.

21. ed. CDD 410

EDILEIDE EDILANE DOS SANTOS ALVES

O ABISMO ENTRE O CERTO E ERRADO: DISCUSSÕES SOBRE A NORMA CULTA E
A VARIAÇÃO DA LÍNGUA.

Artigo apresentado ao Programa de Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Letras.

Área de concentração: Variação e ensino

EDILEIDE EDILANE DOS SANTOS ALVES

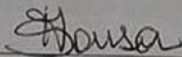
O ABISMO ENTRE O CERTO E ERRADO: DISCUSSÕES SOBRE A NORMA CULTA E
A VARIAÇÃO DA LINGUA.

Artigo apresentado ao Programa de
Licenciatura Plena em Letras-Português da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduado em Letras.

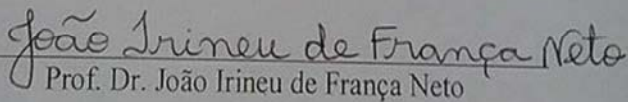
Área de concentração: Variação e ensino

Aprovada em: 01/12/2017

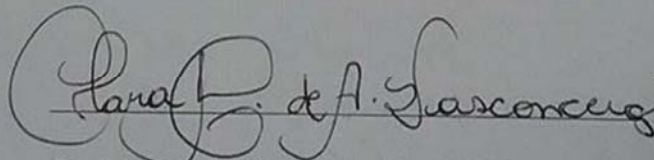
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Francinete Fernandes de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. João Irineu de França Neto



Prof. M.^{te} Clara Mayara de Almeida Vasconcelos

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram na elaboração deste trabalho, a saber:

A Deus, que me guia, me orienta pelo seu imenso poder, sendo o grande regente do universo, a Ele toda Honra, Gloria e Louvor e Gratidão;

A minha mãe, minha musa inspiradora, maior incentivadora e pela qual busco uma carreira bem sucedida;

A minha orientadora Prof^a Francinete Fernandes Sousa, por toda sua paciência, seu carinho e confiança depositada em mim e na elaboração deste trabalho. Pela extrema dedicação, disponibilidade e por todo conhecimento repassado;

Aos meus amigos de caminhada Joseeldo, Julienne e Genivaldo, por todo apoio, ajuda e companheirismo ao longo do curso;

A minha amiga Jéssica Alves, pelo extremo apoio e pelas palavras de motivação nos momentos de maiores conflitos;

Ao meu amigo Luiz Pereira, por todo cuidado e ajuda que me foram oferecidos em todo o tempo durante a construção deste trabalho;

A minha irmã Edileide, que sempre me ajudou em outros afazeres a fim de que me sobrasse mais tempo para que eu pudesse me dedicar a este trabalho;

A minha amiga Kleciane Souza, pela compreensão em quanto estive ausente em busca deste sonho;

Ao meu ex-noivo Natanael Alves, por todo apoio e incentivo desde o momento da minha aprovação no vestibular até a conclusão desse trabalho;

Por todos estes que me ajudaram durante a minha trajetória, sou grata a Deus pela vida de vocês!

“A língua continua sendo forte elemento de discriminação social, seja no próprio contexto escolar, seja em outros contextos sociais, como no acesso ao emprego e aos serviços públicos em geral (serviços de saúde, por exemplo). Por isso, parece ser um grande equívoco a afirmação de que a variação linguística não deve ser matéria de ensino na escola básica.” (Zilles e Faraco, 2015, p. 8)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS	09
2.1	Acerca da variação linguística	11
2.2	Considerações sobre da norma culta	13
3	A HORA DA PRÁTICA: O livro didático e o professor em sala de aula	15
4	ANALISANDO LIVROS DIDÁTICOS	19
5	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	21

O abismo entre o certo e errado: Discursões sobre a norma culta e as variações da língua.

Edileide Edilane Dos Santos Alves

RESUMO

Existe no mundo a necessidade de encontrar o lado certo de todas as coisas, apresentando uma verdade como absoluta e própria. Com a linguagem não é diferente. A partir dessa ideia de absoluto, pretende-se, no presente trabalho, abordar aspectos sobre a variação linguística, desconstruindo o preconceito que permeia o ensino de língua o qual se pauta na norma culta super-valorizando a escrita e desconsiderando a língua falada. A iniciar pelas considerações de linguistas e gramáticos tal como Bagno (2007), Rodrigues (2002), Silva (2002), Antunes (2004). Apresentaremos as formas como os estudos de língua portuguesa têm sido conduzidos em sala de aula, de que maneira ela esta sendo apresentada, mediante o uso do livro didático e como o professor tem lidado com os impasses acerca desse assunto. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em livros didáticos distribuídos as escolas publicas do ensino fundamental II. Neste estudo, vimos que, apesar das relevantes considerações acerca do tema, os avanços na prática da variação, em sala de aula, têm se dado a passos lentos. Desse modo, concluímos que a gramática normativa ainda tem muita preponderância nas aulas de língua portuguesa, sendo cobrada em todo o entorno escolar nas práticas pedagógicas.

Palavras-Chave: Variação. Preconceito. Norma culta.

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os questionamentos e debates acerca do ensino nas escolas quanto ao conteúdo dado e aprendizagem dos alunos. Dentre os mais polêmicos casos está incluso o do ensino de Língua Portuguesa, que sempre foi estigmatizado como difícil e complicado. Os alunos se sentem cada vez mais distantes da prática do ensino e do exposto pelo professor visto a existência de tantas regras¹ a serem seguidas e o nível de linguagem pré-definido, o qual os estudantes devem alcançar, deixando de lado os conhecimentos de mundo que cada um deles traz internalizados.

Na sala de aula, encontram-se muitos alunos que fazem parte de diferentes contextos de vida nos âmbitos econômico, social, familiar, cultural, etc. Com isso, cada um possui características distintas e junto a elas sua carga linguística², que varia de acordo com o meio no qual os indivíduos estão inseridos. Em contraposto, quantas vezes nos pegamos corrigindo o modo como alguém fala? Ou até mesmo seu sotaque? Isso seria, assim desprezar as formas de variação da língua e enfatizado a existência de um jeito certo de falar?

A fim de explicar essas situações, estudiosos da língua, a iniciar por Marcos Bagno, resolveram pesquisar sobre a variação linguística, com a intenção de diminuir a distância entre a norma padrão e a variedade não padrão da língua. Os estudos na área não são recentes, porém, tem avançado pouco, visto a gramática normativa ser, até hoje, o centro das aulas de Língua Portuguesa. Esta que é dividida em três partes: gramática, literatura e produção de texto.

Há muitos questionamentos em torno das matérias relacionadas à variação linguística. Um exemplo é a influencia regional, onde um falante da zona rural migra para a zona urbana. Seu modo de falar causa estranhamento, visto que sua linguagem não é rebuscada e contém palavras próprias do seu meio regional, as quais podem ser estigmatizadas e tidas como erradas. Mas afinal, queremos dar por fim o preconceito em relação à variação da língua? Condenaremos a norma culta?

Segundo Zilles e Faraco (2015, p. 20):

Sobre a variação linguística e ensino, não podemos mais nos contentar com generalidades. Dispomos já, como produtos de décadas de reflexão e debates, de uma formulação geral com diretrizes que incorporam o estudo da variação linguística entre

¹ Regras da gramática normativa;

² Expressões que fazem parte da comunicação de um indivíduo,

os temas de ensino do português e situam o trabalho com a expressão culta no interior do quadro mais amplo da variação linguística que caracteriza a nossa sociedade.

A língua é heterogênea, portanto, suscetível a mudanças e alterações de acordo com o contexto em que está inserida. À luz dessa informação, percebe-se o quão tardia se mostra a prática frente às grandes considerações trazidas até aqui, ao longo dos anos, acerca da variação da língua. No meio social é mais perceptível a diferença no interior das falas, porém, o preconceito está arraigado e a expressão culta ainda é imposta aos falantes.

No decorrer desse trabalho, apresentaremos problemas frequentes quanto ao preconceito com a língua falada no cotidiano e possíveis formas de trabalhar com o tema em sala de aula, visto a problemática para inseri-la na grade curricular do aluno. A gramática tradicional é importante na preparação do aluno para exames como o ENEM e concursos, porém, não o prepara para lidar com a diversidade da língua que é encontrada no meio social de forma a não menosprezar nenhum tipo de comunicação.

2 ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS

2.1 Acerca da variação linguística

É sabido que nossa sociedade é formada por pessoas de diferentes culturas, religiões, ricas e pobres. Consequentemente alguns desses tiveram acesso à educação de qualidade enquanto outros não são escolarizados, e acerca dessa fragmentação Faraco e Zilles (2015, p. 25) descrevem que “essa divisão sociolinguística do nosso país reflete a divisão econômica, social e cultural em que se encontra a nossa sociedade - divisão que ainda não fomos capazes de superar ou, pelo menos, de diminuir substancialmente em todos os seus aspectos”.

Com essa divisão sabemos que a classe com maior poder econômico se sobressai favorecendo deste modo à norma culta, mais prestigiada e usada pela burguesia, enquanto que o restante da população pobre utiliza a linguagem popular. Como esse segundo refere-se à minoria, o português popular usado por eles não é visto como insigne.

Faraco e Zalles (2015, p. 25) acrescentam a discussão dizendo que “A norma culta não passa de uma sùmula grosseira e rasteira de preceitos normativos saídos, em geral, do exacerbado pseudopurismo que, infelizmente para nossa cultura linguística e nossas práticas de ensino, se alastrou entre nós desde as últimas décadas do século XIX”. Desse modo, percebe-se o tradicionalismo ainda muito entranhado em nossa cultura.

Segundo Bakhtin “o homem se constitui pela linguagem”. Acerca disso, Faraco e Zilles (2015, p. 32) complementa dizendo que “para se construir pela linguagem, é preciso que o homem tenha a palavra, que lhe seja permitido se expressar, mesmo que seja no seu dialeto desprestigiado”. A partir de então concluímos a importância de dar voz ao aluno com o objetivo de constituir sua autoestima e não fazê-lo se sentir inútil e oprimido.

A classe de poder citada, anteriormente, também está instaurada dentro da própria sala de aula. Numa mesma turma há alunos de classes sociais diferentes que possuem uma carga linguística diferente de forma que, aqueles alunos que possuem uma linguagem próxima da padronizada pode intimidar o restante da turma que não possuem o mesmo nível de linguagem.

O papel do professor nessa hora é justamente trabalhar as diferenças, dando oportunidade ao aluno que não se utiliza da norma padrão da língua para que possa expor suas ideias e não tenha medo de se posicionar frente aos demais. O que precisa ser entendido é que, o modo como o indivíduo fala não é mais importante do que a mensagem que ele tem a repassar, suas ideias e opiniões não deixaram de contribuir por não terem sido faladas de acordo com a norma padrão.

É preciso banir o conceito de “certo” e “errado” quanto ao uso da língua, incentivando os alunos a pesquisarem e refletirem sobre as variedades percebidas por eles em seus meios de convivência. Dessa forma, cessaria também com o preconceito, que acaba sendo internalizado, pois ampliaria os horizontes desses alunos de forma que não teriam mais espaços para julgamentos, já lhes seria dada a oportunidade de ver de perto essa heterogeneidade da língua.

Para ressaltar, Bortoni-Ricardo (2005, p. 128) diz:

É objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador da transmissão do conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhe são familiares.

No nosso cotidiano estamos expostos a várias situações formais e informais e o uso da linguagem se dá pela necessidade da adequação ao ambiente. Daí, mais um importante ponto a ser explorado em sala de aula, o uso da linguagem de acordo com o contexto o qual estamos inseridos. Visto não haver forma correta ou errada de se usar determinada forma linguística apenas há uma harmonização de acordo com o ambiente.

Marcos Bagno (2004, p. 260) afirma que “existem, sim, formas de uso da língua *diferentes* daquelas que são impostas pela tradição gramatical. No entanto, essas formas

diferentes, quando analisadas com critério, revelam-se perfeitamente lógicas e coerentes”, em outras palavras, a linguística não está preocupada tão somente com a sintaxe das palavras e sim com a semântica, ou seja, a mensagem sendo entendida, a língua não pode ser considerada “errada”.

Quando se fala em “erro” o que dá a entender é que as pessoas o cometem porque querem ou por ser “burras”, mas, o que vemos a partir das construções consideradas erradas é a utilização de uma gramática própria. Um falante da zona rural, por exemplo, que em seu vocabulário está inserido a palavra *pranta* não usará o encontro consonantal [pl] pois na linguagem deles não existe essa construção fonológica.

Irané Antunes (2007, p. 106) nos orienta que “[...] é preciso enxergar para fora da sala de aula”. Desse modo, percebemos a importância de analisar a fala contextualizada, dentro de um ambiente de comunicação. Na sala de aula a linguagem é estudada de forma descontextualizada, conseqüentemente, uma construção que dentro de um contexto é entendida por todos os participantes da comunicação, quando usada de forma isolada perde o sentido e precisa de regras para que seja tida como válida.

Tenhamos o cuidado em não cair num extremo nem no outro, ou seja, nem tudo é lexicalmente perfeito e padronizado, não é necessária a utilização da linguagem padrão na padaria ou na feira como também não é cabível em uma audiência judicial a linguagem permeada pela informalidade. Assim, cabe ao professor manusear com cuidado as informações obtidas através dos estudos sobre a variação da língua, resultado de incessantes pesquisas para melhorar sua prática pedagógica no ensino de língua materna.

2.2 Considerações acerca da norma culta

Como nos diz Faraco e Ziller (2015, p. 21), não estamos condenando o uso da norma culta, apenas trazendo considerações quanto ao mérito que tem se dado a ela, como vemos: “Que fique bem claro isso: não negamos em nenhum momento à necessidade de garantir a todos o acesso à expressão culta. O que queremos questionar é precisamente o que entendemos por “expressão culta.”.

O conceito “norma culta” é muito debatido entre os gramáticos e linguistas quanto o seu sentido. Na concepção de Irané Antunes (2007, p. 87). “A *norma culta* na compreensão tradicionalmente veiculada pela escola, corresponde ao falar tido como “modelar”, como “correto”, segundo as regras estipuladas nas gramáticas normativas.”

Esse é o falar tido como padrão, socialmente aceitável. Quando olhamos por esse prisma vemos a palavra *norma* como um modelo a ser seguido, sinônimo de ordem, ou seja, quem segue a norma são cultos, já os que a ignoram são vistos como incultos. Percebemos, mesmo que não explicitamente, a forma discriminatória como é visto quem não segue as regras impostas, especialmente os menos favorecidos.

Irândé (2007, p. 91) completa que “[...] não existe uma norma pura, nem mesmo uma única norma culta, nem um uso fechado em determinada comunidade ou região.” Os grupos de falantes divergem entre si e cada indivíduo tem sua própria forma de falar influenciando dessa forma uns aos outros. Esses grupos estão em constante modificação, sendo assim, a linguagem precisa se adequar a fim de se encaixar nos novos padrões.

Posto a literatura a artes da palavra que mais se preocupa com a linguagem. Os autores brasileiros que se inspiravam em autores de Portugal tinham a preocupação em escrever de forma bonita, rebuscada. Dessa forma, tentavam se adequar ao padrão de escrita dos Portugueses. Mas, apesar da equivalência entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, no século XIX já havia consideráveis distinção entre elas, tanto na escrita quanto na fala.

Ao comparar as línguas, foi surgindo à ideia de que nosso português era cheio de erros e que não dominávamos nossa própria língua. Dessa forma, brotou o desejo por parte da elite, de europeizar a sociedade brasileira, e isso fez com que o ensino adotasse as normas do português culto europeu.

Segundo Zilles e Faraco (2015, p. 23), “Tratava-se de um projeto anacrônico e irreal, mas que, em termos de língua, instaurou entre nós uma cisão entre a língua culta praticada e a língua culta predicada [...]”, ou seja, a língua estava dividida na que era falada pelo povo, presente no cotidiano, e a que era normatizada, cheia de preceitos, a qual estigmatizava quem dela não se valia.

Portanto, podemos ver até hoje, mais de um século depois, que ainda existe a ideia de que quem domina a “norma culta” atinge o saber. Dessa forma, os alunos são preparados apenas para fazerem provas como o ENEM e concursos públicos, desprezando dessa forma, o fato de que nem a metade dos alunos concluintes segue carreira universitária, ou seja, não há preocupação em preparar os alunos para atuarem em sociedade, exercerem sua cidadania.

Irândé Antunes (2007, p. 98) ainda nos fala que:

O fato de a norma culta corresponder à norma socialmente prestigiada não significa que ela seja a única a poder ser validada como legítima representante da língua. A valoração positiva que recebe é devida, como vimos, a fatores de ordem socioeconômica, e não a fatores propriamente linguísticos. Dizer *assistir o jogo* ou

assistir ao jogo não implica nenhum grau maior ou menor de perfeição linguística. Se um é considerado mais certo que outro é por mera convenção social, que se sustenta até o dia que os falantes quiserem.

Todas as variações são legítimas. O fato de não serem aceitas as formas coloquiais da língua é por questões estilísticas. Que não venhamos a confundir a variação com “erro” de grafia das palavras, pois, como mostra Irandé no exemplo citado acima, o que importa em uma comunicação é o sentido da mensagem o qual, com a “quebra” de regras gramaticais não será prejudicado.

3. A HORA DA PRÁTICA: O livro didático e o professor em sala de aula

Desde o século XIX, há estudos e interesses pelo estudo da linguagem e desde então, os campos de pesquisas tem se intensificado cada vez mais. Os trabalhos com a sociolinguística tiveram início por volta de 1964, através de pesquisas apresentadas pelo linguista Willian Labov, com o enfoque nas relações entre língua e sociedade, a observar a existência de diferenças na estrutura social através das comunidades linguísticas.

Apesar de não serem muito recentes, as pesquisas acerca da variação da língua sofrem, ainda hoje, resistência por parte da comunidade escolar quanto à inserção da mesma nas aulas de língua portuguesa. Na última década, foi possível perceber que os livros didáticos têm trazido considerações sobre a linguística variacionista, porém, não tem sido bem aproveitadas pelo professor.

Acerca disso, Ziller e Faraco (2015, p. 20) escreve que:

Sobre variação linguística e ensino, não podemos mais nos contentar com generalidades. Dispomos já, como produto de décadas de reflexão e debate, e uma formulação geral com diretrizes que incorporam o estudo da variação linguística entre os temas do ensino de português e situam o trabalho com a expressão culta no interior do quadro mais amplo da variação linguística que caracteriza a nossa sociedade.

Há a necessidade de uma formação continuada para os professores, pois, sem a atualização de seus estudos, suas teorias vão ficando ultrapassadas e a sala de aula não as comportam mais. Os alunos de hoje estão inseridos numa sociedade diferente da de 30 anos atrás, logo, o que se aprende em sala de aula deve estar em consonância com seu contexto social no qual os alunos estão inseridos.

Na época em que a internet tem tomado grande espaço na vida dos jovens a informação chega de forma mais rápida e é de fácil acesso. Com a modernização da tecnologia, das formas de comunicação, há a necessidade irrefutável da redefinição do ensino, como também do que está sendo ensinado. Dessa forma, o papel do professor em sala de aula se torna cada vez mais desafiante.

Ainda é preciso quebrar paradigmas e romper com a forma tradicional como nos mostra Zilles e Faraco (2015, p. 20), “Mesmo no interior do sistema escolar, avançamos muito pouco. Nas práticas escolares cotidianas, ainda predomina uma concepção mais tradicional da variação linguística e se lança mão ainda da régua estreita do certo e do errado tomados como valores absolutos e não como valores relativos.”

A escola é a instituição incumbida de preparar cidadãos capazes de viver em sociedade, a ela foi dada a missão de desenvolver competências e habilidades no aluno bem como o ensino e aprimoramento da língua materna. Deste modo, se espera da escola o aprimoramento do dialeto social próprio do aluno, não a substituição de sua linguagem por outra denominada melhor e mais bem-vista.

A linguagem culta não é um mal que assola a sala de aula, ao contrário, ele é um suporte importantíssimo no ensino de língua. O problema está na forma como ela é ensinada e acerca disso Ziller e Faraco (2015, p. 27) mostra que: “A tradição escola costuma se iludir (e iludir os aprendizes) com a ideia de que a mera correção desse ou daquele fenômeno de regência, de colocação, de concordância, de “mistura” pronominal é suficiente para garantir aos alunos o acesso a expressão culta e a seu domínio.”

Pesquisas feitas por Marcos Bagno em 2009, acerca da distribuição dos livros didáticos, apontam que todos eles tratam em pelo menos um capítulo a respeito da variação, porém, “[...] os livros mais distribuídos são os que menos capítulos dedicam a variação linguística, ao passo que os livros menos distribuídos dedicam mais capítulos.” (Zilles e Faraco, 2015, p. 231).

Os livros pouco distribuídos certamente trazem questionamentos sobre o ensino tradicional da língua, logo, o professor dito conhecedor do “bom português” se sente ameaçado ao ter que ministrar aulas que confrontem com suas doutrinas. Dessa forma, o ensino segue tradicional enaltecendo cada vez mais a importância e o valor de uma sentença³ bem elaborada mesmo que fora de texto e contexto.

Sobre as frases³ fora de contexto, Irlandé Antunes (2007, p. 105) diz a respeito que: “Quando, em um livro didático, se diz, por exemplo: “As frases podem ser classificadas de acordo com a mensagem que *elas* estão transmitindo”, esse *elas*, por mim aqui destacado, não são as pessoas que interagem; são as frases; como se elas significassem sozinhas como se a língua funcionasse sem interlocutores.”

É perceptível a mudança quanto à adaptação do livro didático. Novos conceitos estão sendo inseridos de forma a enriquecer o ensino da língua, no entanto, essa adaptação pouco é aproveitada na prática escolar visto a maioria dos professores que estão em sala de aula atualmente ter concluído sua graduação (quando graduados) há décadas atrás, ou seja, não estão aptos a “ensinarem” sobre o que não tiveram uma formação especial para tanto.

Quanto a isso, Ziller e Faraco (2015, p 27) fala que:

Uma das práticas pedagógicas indispensáveis para o ensino/aprendizagem da expressão culta é precisamente despertar a consciência dos alunos para a variação linguística, a fim de que eles percebam os pontos críticos que distanciam a variedade que eles prendem em casa das variedades cultas, e possam trabalhar sistematicamente, ao longo da escolaridade básica, para dominar estas últimas.

O medo de que o ensino da variação chegue até as escolas é perceptível no meio de muitos, dentre eles os próprios gramáticos, os quais alegam que a exposição dos alunos a esse tipo de ensino pode torna-los incapazes de aprender a norma culta. Com isso, percebemos a subestimação quando a capacidade cognitiva dos jovens, enquanto o senso crítico e de raciocínio deveria ser estimulado o que vemos é justamente o contrário.

4 ANALISANDO LIVROS DIDÁTICOS

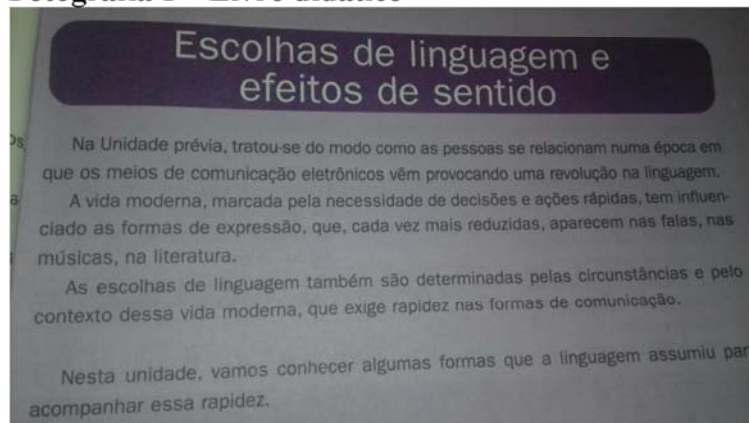
Apresentaremos dados de como os livros didáticos têm trabalhado com a variação linguística. Para tanto, foi realizada uma busca em livros distribuídos às escolas públicas de ensino fundamental II nos anos de 2007, 2008 e 2015. Visto a validade dos mesmos serem de três anos, mostraremos exemplos retirados apenas de três livros de autores diferentes. Doravante, concluiremos o nível de importância dado aos estudos da variação.

O primeiro livro a ser analisado foi escrito por Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi, direcionado 8ª série (atualmente 9º ano), e distribuído às escolas no ano de 2008. Depois de feita uma busca pelos capítulos que compõem o livro não foi identificada

³ Frases feitas de acordo com a Gramática a Tradicional

nenhuma menção referente à variação da língua. Logo no começo na primeira unidade o livro trás o seguinte escrito:

Fotografia 1 – Livro didático



Fonte – BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, *tudo é linguagem*, (2008, p. 19).

Mediante essa imagem supõe-se que a dada unidade tratará sobre a linguagem em suas várias formas de uso bem como a admissão da existência de uma variedade da língua. Porém, após o exposto, apenas uma atividade é proposta, de forma isolada e sem o uso de qualquer texto ou exemplo, a fim de que os alunos produzam um diálogo que contenha seis frases usadas por eles no dia a dia e depois apresenta-lo à sala.

Em outro momento o autor pede para que seja lido o significado de **competência linguística**, apresentado no livro, ao que se fala: “é a capacidade que as pessoas têm de se utilizar adequadamente a língua-em diferentes situações de comunicação” (Borgatto, Bertin e Marchezi, 2008, p.228). Logo após, é sugerida uma discussão em grupo sobre a afirmação e a partir dela, uma conclusão sobre o assunto deve ser elaborada e apresentada aos demais.

Dada às informações, conclui-se que os autores não veem relevância no tratamento quanto à variação da língua mantendo portanto as explanações sobre regras de boa escrita e dedica-se durante 296 páginas exclusivamente a gramática normativa. Vários textos como exemplos de gêneros textuais são apresentados, todavia, as atividades apontadas revelam a preocupação com nomenclaturas e pouca importância quanto ao sentido do texto.

Myrian Barbosa declara que: “Até uma criança percebe que o ensino da escola não é ensinar o português, pois o vernáculo é transmitido pela família e pela comunidade linguística.” (Bagno, 20014, p. 259-260). O ensino da gramática normativa condiciona o aluno a trabalhar de forma mecanizada além de impingir um padrão que para eles é estranho e cansativo.

No segundo livro a ser analisado os escritores são mais conhecidos pelos estudantes, trata-se de Faraco e Moura (2007). Tal obra, também, direcionada à 8ª série (atual 9º ano). Algum exemplo poderia ser aqui citado, no entanto, o livro composto por 240 páginas não apresenta nenhuma consideração acerca da variação linguística, apesar do que seu título propõe: “*Linguagem nova*”.

A obra se dedica absolutamente ao ensino da gramática normativa. São apresentados no início desse capítulo, textos que contextualizam os exercícios que o seguem, porém, as atividades propostas não exploram do aluno mais do que se pode ver pelas letras escritas, ou seja, é posto um estudo dirigido elaborado por questionamentos cujas respostas estão explícitas no texto a qual se refere.

Quanto a isso Myrian Barbosa acrescenta:

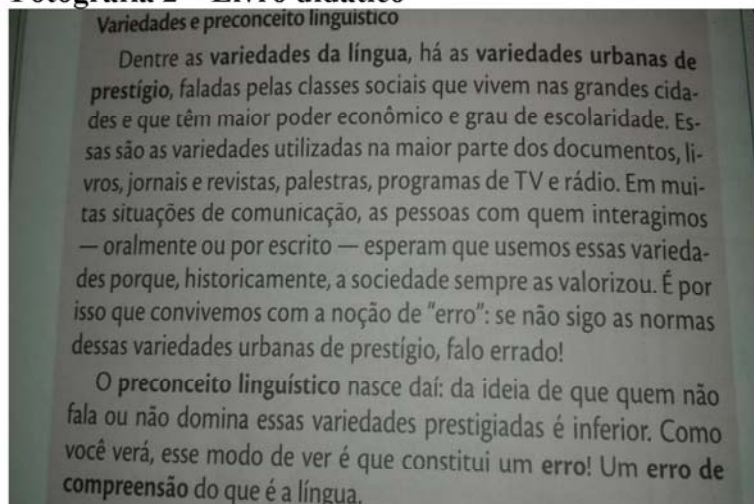
“Até agora, como se sabe, a escola tem tomado como padrão para o ensino do português a gramática normativa, que, no século passado, se desluzitanizou, mas que está longe de refletir o padrão nacional falado, e mantém divergências em relação ao uso brasileiro escrito, de que são exemplos clássicos a colocação dos pronomes e a regência verbal.” (Bagno, 2004, p. 256).

Dessa forma, o aluno não é instigado a pensar além do que vê, menos ainda desenvolver postura crítica mediante os temas propostos. Diante desse ensino extremamente tradicional não foi admitido à exposição quanto à homogeneidade da língua visto a norma padrão ser apresentada como única forma de linguagem e comunicação.

O ensino da gramática normativa tal como foi apresentada pelo livro didático, vai de encontro à ideia de Koch ao descrever a língua como “[...] uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo.” (Koch, 2006, p.17).

O terceiro exemplo foi retirado do livro didático escrito por Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart (2017), destinado ao 6º ano. O respectivo livro separa o capítulo 2, que vai da página 210 à 223, em um módulo dedicado a língua e linguagem, para falar acerca da variação da língua. Chama bastante atenção à forma com a qual o tema em estudo é colocado pelos autores, visto usar o termo tal como é: “variedades e preconceito linguístico” como veremos no exemplo a baixo:

Fotografia 2 – Livro didático



Fonte – FIGUEIREDO, BALTHASAR E GOULART, *Singular e plural: Leitura, produção e estudos de linguagem*, (2017, p. 214).

Nesse capítulo há textos, charges e ilustrações apresentadas pelos autores a fim de contextualizar o tema a ser discutido. Bem como, várias atividades que incitam os alunos a pensarem e formar opiniões críticas referentes ao assunto. Também há informações adicionais sobre sotaques e variação regional, o que enriquece ainda mais a discussão.

Nas unidades anteriores, as quais falam da variação propriamente dita, os autores trazem temas bastante atuais como, por exemplo, mudanças e transformações acerca do gênero, cultura e identidade, a internet, dentre outros. Nesse sentido, vemos a importância dada aos assuntos extraclasse, ou seja, a realidade do aluno é posta como assunto em sala de aula a fim de fazer com que se sintam instigados a estudarem sobre temas pertinentes ao seu dia a dia.

Com isso, os alunos sentem-se mais a vontade para interagir durante as aulas uma vez que é dado o espaço para expressarem suas opiniões, bem como suas vivências diante do tema proposto. Da mesma forma acontece com o ensino da variação linguística porque ela está presente no cotidiano desses alunos, assim, sua apresentação como mais uma das várias possibilidades da língua é tão importante quanto à própria gramática.

Myrian Barbosa relata que em sua opinião há poucos elementos para a realização do ensino satisfatório da variação, porém, “Já se notam diferenças importantes, embora insuficientes, no ensino das línguas nas escolas de ensino fundamental e médio que servem a classe média, assim como no material didático elaborado para tal fim.” (Bagno, 2004, p.253).

Com base na apresentação dos exemplos, conclui-se que o livro didático, tido como “principal instrumento” utilizado em sala de aula, deveria explorar mais a variação linguística, e

essa ser repassada aos alunos por profissionais capacitados e sem juízo de valor, admitindo desta maneira, a existência de várias formas pelas quais a língua se manifesta.

Por meio dos estudos sobre a variação e a comprovação de sua presença na comunicação de 99% dos falantes, constata-se que a necessidade de seu ensino em sala de aula é inquestionável, sendo mais vantajoso trabalhar com algo que faz parte da vivência do aluno, contextualizando o exposto, do que privilegiar formas tradicionais e ultrapassadas, as quais não os inspiram a “pensar fora da caixa”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação das considerações trazidas com base o olhar de renomados pesquisadores sobre a variação de língua, ainda fica o questionamento: Porque ainda existe tanto preconceito quanto ao uso da linguagem?

Gramáticos e professores saem em defesa da linguagem padrão por jugarem ser a “correta”, além de distanciarem a fala da escrita e rejeitarem a heterogeneidade da língua. A justificativa mais frequente para tal é a de que o cronograma é curto e não há tempo para acrescentar novos conceitos, ou seja, algo que faz parte do cotidiano de toda a sociedade ainda não é visto como valoroso tampouco indispensável.

É papel fundamental de a escola combater os diversos tipos de preconceitos, mas, infelizmente, os estereótipos no tocante a linguagem existem dentro da própria sala de aula. Há uma importância em grau diminuto quando o assunto envolve as minorias, as classes menos prestigiadas por serem as que se utilizam com menos frequência da norma culta.

Apesar de as pesquisas em relação à língua e sua variação somarem décadas, os avanços quanto à prática não tem obtido o êxito desejado. As relações de poder ainda são muito fortes, mesmo estando em uma era moderna onde a tecnologia avança a passos largos, a informação cabe nas palmas das mãos e chegam a tempo quase que real, ainda não há capacitação suficiente para os professores.

Com o auxílio de exemplos retirados de livros didáticos podemos inferir que há pouca preocupação, e em alguns casos nenhuma, no referente ao estudo da variação. Mesmo sem um estudo sistemático percebemos que há livros não contemplando a variação, outros a apresentam ainda de forma tímida. Em contraponto, vemos que os livros mais atuais, como o de Figueiredo, Balthasar e Goulart, se preocupam e enaltecem de forma clara o valor e a importância de ensinar a variação.

Desprezando a ideia de que a língua varia, automaticamente despreza-se a evolução e a metamorfose que permeia toda e qualquer comunidade de fala.

Portanto, o ensino da variação linguística vai muito além do simples cumprimento da grade curricular, refere-se também ao respeito para com as diferenças existentes entre os estudantes, a valorização da cultura do Outro e a sensibilidade, a qual devemos utilizar como instrumento de prática pedagógica, para que não nos tornemos preconceituosos e prepotentes no que diz respeito ao ato de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 168 p.

BAGNO, Marcos et al (Org.). **LINGUÍSTICA DA NORMA.** 2. ed. São Paulo: Layola, 2004. 360 p.

BAGNO, Marcos. **Português Brasileiro?: um convite a pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 184 p

BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHEZI, Vera Lúcia de Carvalho. **Tudo é linguagem.** São Paulo: Ática, 2008. 296 p.

FARACO, Carlos; MOURA, Francisco. **Linguagem nova.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2007. 239 p.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **DESVENDANDO OS SEGREDOS D O TEXTO.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 168 p.

FIQUEIREDO, Laura de; BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. **SINGULAR E PLURAL: Leitura, produção e estudos de linguagem.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015. 311 p.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **DA FALA PARA A ESCRITA: ATIVIDADES DE RETEXTUALIZAÇÃO.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 133 p.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. **Pedagogia da Variação Linguística: Língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 320 p.

